



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

PRESIDÊNCIA

15ª Sessão Ordinária

São Paulo, 18 de março de 2025.

Pronunciamento do **Vereador Celso Giannazi**

O SR. CELSO GIANNAZI (PSOL) - (Sem revisão do orador) - Presidente, boa tarde. O Vereador Adrilles pediu aqui para falar de anistia. Eu falei: "Sem anistia no nosso país para torturadores."

Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos acompanha, Rede Câmara SP. Primeiro, quero dizer que acabei de chegar do ato dos servidores públicos em frente à Prefeitura de São Paulo. É muito importante que os Vereadores e as Vereadoras saibam o que está acontecendo. O conjunto dos Vereadores no município de São Paulo está reivindicando uma valorização dos servidores, a melhoria da qualidade do serviço público no município de São Paulo. Uma pauta de negociação salarial, de recomposição das perdas inflacionárias, contra o confisco das aposentadorias e pensões, são contra o congelamento de quinquênio, da sexta-parte no município de São Paulo. Então, é um grande ato, com milhares de servidores públicos em frente à Prefeitura de São Paulo, combatendo inclusive *fake news* que nós tanto vemos aqui.

O Prefeito Ricardo Nunes hoje esteve nas rádios falando que concedeu 40% de aumento para os profissionais da educação, o que é uma mentira descarada. Não houve esse aumento. A Câmara Municipal aprovou o reajuste dos servidores públicos. Infelizmente, eu votei contra essa proposta absurda, que foi de apenas 2,16%. Uma cidade com 135 bilhões de reais de orçamento dá 2,16% de reajuste. E com uma



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

PRESIDÊNCIA

inflação que beirava, ano passado, quase 5%. Então, houve esse reajuste, não 40%, como diz o Prefeito Ricardo Nunes. Os servidores estão lá debaixo de sol, debaixo de chuva, fazendo essa manifestação.

Agora, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu gostaria de dialogar um pouquinho aqui, se a assessoria pudesse me auxiliar. Estamos hoje fazendo o aniversário de três anos do confisco das aposentadorias e pensões dos funcionários públicos do município de São Paulo. O confisco das aposentadorias e pensões começou há três anos, tirando de professoras, de professores, dos ATEs, dos agentes escolares, dos bibliotecários, dos enfermeiros, dos agentes de limpeza, dos agentes de vigilância sanitária, do conjunto dos servidores, 14% do dos proventos de quem recebe abaixo do teto do Regime Geral da Previdência Social.

O Prefeito Ricardo Nunes, de forma covarde, aproveitando uma abertura dada pelo ex-Presidente Bolsonaro, com a Emenda 103/2019, colocou o confisco sobre as aposentadorias dos servidores públicos municipais, confisco que hoje completa três anos em São Paulo, uma cidade rica, como já disse em minha fala anterior; uma cidade potente, o terceiro maior orçamento do nosso país.

Acompanhamos muito de perto o orçamento da cidade de São Paulo, e não havia necessidade alguma de se confiscar aposentadorias e pensões de quem ganha 2 mil reais, 2,5 mil reais de salário. Confiscar 14% de pessoas com esse salário é tirar delas a possibilidade de comprar sua cesta básica, de fazer seu tratamento médico, de comprar seus medicamentos. Não estamos falando de grandes salários, de marajás, nada disso; estamos falando de servidores que ganham abaixo do teto do Regime Geral da Previdência.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

PRESIDÊNCIA

O Deputado Estadual Professor Carlos Giannazi apresentou, na Assembleia Legislativa, o PDL 22, que promoveu, naquele Parlamento, um grande movimento de aglutinação de aposentados, pensionistas, tuiteiras, e com o apoio da Deputada Estadual Professora Luciene Cavalcante. A Vereadora Janaina Paschoal, quando exercia o mandato de deputada estadual, participou dessa votação em que se revogou, no Estado de São Paulo, o confisco sobre as aposentadorias e pensões dos servidores estaduais. Também revogaram esse confisco os estados de Sergipe e Alagoas e os municípios de Vitória e Jacareí, vizinho da nossa cidade; e, não, nenhum desses entes quebrou. Então, São Paulo tem condições, sim, de revogar o confisco sobre as aposentadorias e pensões.

Hoje, neste terceiro ano do confisco, apresentamos o confiscômetro, que mostra o valor que o Prefeito Ricardo Nunes subtraiu, retirou dos aposentados e pensionistas que ganham abaixo do teto do Regime Geral. Vereador Hélio Rodrigues, V.Exa. acha justo que, de um trabalhador que após 40 anos de trabalho na Prefeitura de São Paulo se aposenta com um provento de 3 mil reais, 2,8 mil reais, o Prefeito tire 14%?

O confiscômetro traz, acumulado, nos três últimos anos, um valor de 2 bilhões e 460 milhões de reais. A cada segundo, aumenta esse valor. Esse é o montante que foi subtraído dos servidores públicos aposentados e pensionistas que ganham abaixo do teto do Regime Geral de Previdência, de pessoas que têm um salário muito baixo, mesmo depois de ter contribuído a vida toda para a Prefeitura de São Paulo.

Então, é isso o que estamos discutindo. E pasmem V.Exas.: com o caixa que havia, só de juros o município de São Paulo já arrecadou muito mais do que isso. E para o asfalto que o Prefeito Ricardo Nunes colocou para se reeleger, enganando a



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

PRESIDÊNCIA

população da cidade de São Paulo, S.Exa. gastou quase esse valor. Em três anos, o Prefeito está subtraindo dos aposentados e pensionistas quase 2,5 bilhões de reais, e o confiscômetro continua andando.

Depende de cada uma e cada um dos Srs. Vereadores fazermos esse debate, e temos condições. Na Assembleia Legislativa, os Deputados tiveram coragem - coragem, coragem! - e se reuniram em uma votação unânime, com coautoria de todos os Deputados. A Vereadora Janaina Paschoal pode dizer muito bem, pois participou desse processo e votou favoravelmente à revogação do confisco. Houve a revogação para os servidores estaduais que ganham abaixo do teto do Regime Geral. Vereadora Janaina, não estamos falando em quem ganha altos salários, mas de quem ganha 3 mil reais, 1,8 mil reais. Confiscar 14% desse valor é tirar dessas pessoas a possibilidade de comprar medicamentos.

Concedo aparte ao Vereador Hélio Rodrigues.

O Sr. Hélio Rodrigues (PT) - Quero parabenizar o nosso Presidente Vereador João Ananias. Primeiro, quero parabenizar o nobre Vereador Giannazi pelo trabalho persistente, consistente em denunciar esse confisco dos 14% sobre os aposentados e pensionistas, e pelos diversos trabalhos que o nobre Vereador apresentou - um deles me chamou muito a atenção, sobre as pessoas que ganham um salário mínimo quando têm o confisco de 14%, o que leva a um prejuízo muito grande no momento da aposentadoria, em que mais precisam fazer uso de medicamentos e de outras coisas.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

PRESIDÊNCIA

Então, eu queria aproveitar esse aparte para parabenizar a luta do nobre Vereador Giannazi em relação à defesa do direito dos trabalhadores e trabalhadoras do serviço municipal de São Paulo e contra esse absurdo que é o confisco de 14%.

O SR. CELSO GIANNAZI (PSOL) - Obrigado, nobre Vereador Hélio Rodrigues. Tenho certeza de que V.Exa. está nesta luta também, fazendo a defesa dos trabalhadores, dos servidores públicos, desses servidores que V.Exa. falou aqui, que ganham 2.500 reais, 3.000 reais. Então, é simples de fazer a conta. Para quem ganha 100 mil reais, 200 mil reais, tirar 14% vai fazer diferença para essa pessoa, mas não vai fazer diferença para comprar o medicamento, comprar a sua cesta básica. Já tirar 14% desse trabalhador, desse aposentado, desse pensionista que, após 40 anos de trabalho, recebe um provento de 2.800 reais, é de uma crueldade, de uma maldade tamanha. E temos condições aqui, V Exas., de reverter isso.

Então, tem PDL rodando aqui, é de coautoria - e somos 55 Vereadores. A Prefeitura de São Paulo, eu repito, tem um orçamento de 136 bilhões de reais, temos condições de reverter, de fazer justiça a essas aposentados e pensionistas que estão nessa situação.

Concedo aparte à nobre Vereadora Janaina Paschoal.

A Sra. Janaina Paschoal (PP) - Só para fazer um resgate histórico.

Quando fizemos a reforma da previdência na Assembleia, o projeto que veio do Poder Executivo chegou de maneira global, falando em 14%.

Eu tenho a alegria de ter sido a primeira pessoa a dizer que aquilo seria injusto, que teríamos que fazer um escalonamento, porque todo mundo pensa que todos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

PRESIDÊNCIA

os funcionários públicos ganham muito bem. E não é assim para a esmagadora maioria dos funcionários públicos, posso falar principalmente pela Assembleia, e agora, começando o meu trabalho aqui, ganha muito pouco quem está na educação, alguns cargos na saúde; no caso do estadual, na área de assuntos penitenciários. Então, fui a primeira a propor um escalonamento e consegui - considero uma das minhas maiores vitórias - manter 11% para aquelas pessoas que ganhavam menos.

O que aconteceu quando nós votamos a reforma? Havia ali uma previsão, primeiro, de que não descontariam daqueles que já estavam aposentados e ganhavam abaixo do teto. Mas ficou uma deixa, um permissivo para, numa situação de déficit, por decreto, o Governador determinar.

Lembro que briguei no plenário e o então Líder do Governo disse que isso não aconteceria. Não deu um mês, eles baixaram o decreto. Foi pela quebra de palavra, porque todos nós votamos acreditando que essas pessoas que ganhavam menos seriam protegidas, e houve um levante na Assembleia e nós, efetivamente revertermos.

Então, no que concerne a reverter, porque todos aqui sabem que fui favorável à reforma da previdência, sou favorável, mas no que concerne a essa pauta de reverter para os funcionários que ganham pouco, V.Exa., os demais Colegas podem contar com meu apoio.

O SR. CELSO GIANNAZI (PSOL) - Obrigado, nobre Vereadora.

Então, esse é o apelo que faço a cada Vereadora, a cada Vereador, ao Sr. Presidente da Câmara para que pautemos esta discussão, e repito que é de autoria de 55 vereadores para fazer justiça a esses trabalhadores, a esses servidores que ganham



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

PRESIDÊNCIA

abaixo do teto do Regime Geral, que ganham um pouquinho a mais de que um salário mínimo.

Estamos aqui para fazer esse apelo e o confiscômetro estará lá. O Sr. Prefeito Ricardo Nunes colocou o prisômetro. Trazemos aqui a outra parte, a malvadeza que S.Exa. fez, a crueldade que fez na Câmara Municipal com SampaPrev 2, tirando desses trabalhadores o direito à dignidade, o direito mínimo a sua dignidade. Isso fere o princípio da dignidade humana.

O Supremo já tinha decidido isso. Temos o julgamento no Supremo Tribunal Federal, e aí eu digo que o Supremo Tribunal Federal é extremamente necessário porque ele está prestes também a revogar, em âmbito nacional, o confisco das aposentadorias e pensões. Temos votos favoráveis em sua maioria, mas o Ministro Gilmar Mendes pediu vista, porém o conjunto dos servidores está pressionando, pedindo, sensibilizando os ministros do Supremo Tribunal Federal.

Pessoalmente já estive várias vezes com a Deputada Federal Professora Luciene Cavalcante e o Deputado Giannazi também participando de reuniões com os ministros, sensibilizando-os, levando memoriais, mostrando e dizendo a S.Exas. do STF quem são as pessoas penalizadas com o confisco das aposentadorias e pensões. Então fica aí o confiscômetro.

E, para terminar, Sr. Presidente, nesse ato em frente à Prefeitura de São Paulo devo dizer que lutamos por valorização salarial, contra a Lei 18221, que é uma crueldade total - o Prefeito Ricardo Nunes já tentou tirar dias de férias de servidores que adoeceram. Conseguimos derrubar, no Tribunal de Justiça, essa medida, essa lei que foi aprovada na Câmara Municipal, que penaliza os servidores que ficam doentes, retirando dias de férias deles.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

PRESIDÊNCIA

Em 2022, conseguimos isso e, agora, o Prefeito Ricardo Nunes insistiu com essa outra lei, a Lei 18221, aprovada no final do ano passado nesta Casa. Ingressamos com Ação Direta de Inconstitucionalidade, porque isso significa atacar um princípio constitucional, qual seja, o da irredutibilidade salarial, porque o Prefeito está tirando a jornada de formação de professoras e professores que adoeceram por conta da sua atuação dentro das salas de aula, ou seja, adoeceram no exercício de suas funções, e o Prefeito quer tirar a jornada desses professores.

Portanto, Vereadora Amanda, isso significa redução salarial, o que a Constituição Federal não permite de forma alguma. Sendo assim, estamos nesse movimento, pois que também é o momento de contratação de profissionais especializados, os AVEs, Auxiliar de Vida Escolar, estagiário das nossas escolas, porque o nível é assustador; a falta da inclusão escolar, essa é a verdade, está num número assustador, Sr. Presidente, é um número muito grande de crianças com deficiência nas escolas.

Podemos perceber salas de aula com 35 ou 38 alunos, com apenas 5 ou 6 crianças com deficiência e não existe a possibilidade nenhuma de uma professora, de um professor conseguir administrar, dentro dessa sala de aula, uma quantidade tão grande de crianças com deficiência.

Ressalto que é preciso seriedade, é preciso fazer a inclusão dessas crianças de verdade, tendo profissionais, tendo outro professor, tendo um quadro completo das escolas, algo que não está acontecendo.

O Prefeito Ricardo Nunes acabou com os módulos nas escolas municipais, então há muitas escolas com déficit de ATE, o Auxiliar Técnico de Educação. Em muitas escolas, na sua grande maioria, o número desses profissionais ATEs é muito reduzido,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

PRESIDÊNCIA

e eles não conseguem dar esse apoio, e o também reduzido número dos módulos nas nossas escolas municipais.

Para terminar, Sr. Presidente, dentre tantas pautas que os servidores estão legitimamente reivindicando lá na frente da prefeitura de São Paulo, peço que as notas taquigráficas desta fala sejam enviadas ao Prefeito Ricardo Nunes, para que se abra a negociação com as entidades sindicais representativas dos servidores públicos, dos trabalhadores, para que possam atender às reivindicações legítimas, repito, de todo o conjunto dos servidores públicos municipais.

Obrigado, Sr. Presidente.